



“BANDOS DE MARGINAIS”: OS CAPOEIRAS NO LIVRO DIDÁTICO *HISTÓRIA E CIVILIZAÇÃO*

Josivaldo Pires de Oliveira
Universidade Federal da Bahia

Resumo: Este trabalho analisa o espaço reservado aos capoeiras, agentes culturais oriundos das camadas populares, no livro didático *História e Civilização: o Brasil imperial e republicano* (Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez). Ao que se refere à participação desse segmento em momentos significativos do processo de mudança política e social na Primeira República brasileira, os autores apresentam os capoeiras, sem maiores considerações, como sendo “bandos de marginais”, assim reproduzindo e legitimando preconceitos e estereotipações de agentes históricos no livro didático.

Palavras-chave: Livro didático – Capoeira – Ensino de História.

Abstract: This work analyzes what is the space reserved for the “capoeiras”, cultural agents from the popular classes, in the textbook *History and Civilization: imperial and republican Brazil* (Carlos Guilherme Mota is Adriana Lopez). Upon analyzing the participation of that social segment in meaningful moments in the process of political and social change in the Brazilian First Republic, the authors of the textbook present the “capoeiras”, without further considerations, as “gangs of marginalized individuals”, thus reproducing and legitimating prejudices and stereotypes of historic agent in the textbook.

Keywords: Textbook – Capoeira – History Teaching

Durante a Primeira República no Brasil, a capital federal contou com a participação ativa dos capoeiras no processo político partidário e em sua vida social, podendo ser identificada na produção literária do período.^[1] Entretanto, a literatura histórica produzida até a década de 1980, que compunham os manuais de ensino de História, oculta a participação desse segmento social na construção da história do Brasil, deixando-os ausentes dos materiais didáticos. A partir de então, a produção histórica passou por processos de mudanças, nos quais foram reavaliadas as abordagens sobre cultura e cotidiano das camadas populares. Assim, esses personagens e muitas de suas histórias foram recuperadas.

O objeto desse ensaio são os agentes culturais praticantes da capoeira que durante a Primeira República foram considerados marginais pelo discurso social e jurídico da época e que ao serem tratados no livro didático *História e Civilização: o Brasil imperial e republicano*, de autoria de Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, tem reafirmado o estigma de marginal quando, na tentativa dos autores denominarem quem foram, os identificam por “bandos de marginais”.

A produção historiográfica brasileira tem passado nas últimas décadas, principalmente a partir de 1970 e 1980, por processos de mudanças e revisões em sua abordagem, problematização e objetos temáticos. A história tradicional foi, aos poucos, “cedendo” lugar para uma história mais

problematizadora, denominada “Nova História”, a qual tem valorizado as análises socioculturais.^[2] Assim, a partir das novas concepções e perspectivas, “os chamados temas malditos, ou seja, quase todos que tratam dos excluídos sociais, sejam pobres, vagabundos, prostitutas, negros, mulheres, índios, etc., encontraram guarida nesta Historiografia”.^[3]

Os estudos das camadas marginalizadas começaram a preencher as lacunas deixadas por uma forma “tradicional” de fazer história. Esses trabalhos deram voz às minorias sociais, às quais foi negado, durante muito tempo, o reconhecimento como sujeitos do processo histórico, “trazendo de volta à memória os esquecidos da história: simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias ou prostitutas”.^[4]

Os títulos *História e Civilização*; *História: memória viva*; *Nova História Crítica*; são alguns exemplos da influência dessa “Nova História” no livro didático.^[5] Outro elemento que aponta essa influência são os livros paradidáticos, os quais têm como proposta uma análise mais detida sobre os conteúdos, questão que extrapola os limites desse trabalho.^[6] Ainda assim, os seguimentos sociais das camadas populares recuperados da obscuridade histórica, a eles reservados, aparecem com sua imagem estereotipada, o que compromete a aprendizagem do educando sobre tais conteúdos. Este é o caso da capoeiragem e seus agentes.^[7]

A capoeira, como objeto de pesquisa, vem ocupando espaço junto aos estudos da história social, mas também em outras áreas de conhecimento das ciências humanas. Desde a década de 1980 que pesquisas com o tema da capoeira tem sido desenvolvidas junto a programas de pós-graduação em História, Antropologia e Sociologia.

Várias são as dissertações de mestrado e teses de doutorado assim como artigos e ensaios publicados em revistas especializadas que tratam desta temática. Muitos desses trabalhos enfocam a participação política dos capoeiras na vida brasileira, principalmente no período que compreende a passagem do regime monárquico para o republicano.^[8]

O final do século XIX e início do XX, foi um período que marcou o universo da capoeiragem por ações de repressão policial respaldado pelo Código Penal Brasileiro de 1890, que entendia os capoeiras, a partir de referenciais da criminologia tradicional, como marginais de alta periculosidade tendenciosos a prática de crimes perversos. Nesse sentido, tiveram os capoeiras sua prática cultural criminalizada e penalizada com prisão carcerária e, conseqüentemente, deportação para o complexo de Fernando de Noronha no litoral de Pernambuco.^[9] Essas questões são abordadas no referido livro didático e sobre as quais teceremos algumas considerações.

História e Civilização, de autoria de Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopez, é um livro voltado para o ensino fundamental e está organizado em 4 volumes: *O mundo antigo e medieval*; *O mundo moderno e contemporâneo*; *O Brasil colonial*; *O Brasil imperial e republicano*. O sumário está organizado em partes e as partes em alguns capítulos. O volume que trata sobre o Brasil imperial e republicano é do qual nos ocupamos neste trabalho.

Ao organizar o conteúdo sobre a República Velha, os autores tratam sobre as questões políticas e sócio-econômicas. Intitulam o segundo capítulo de “Rebeldias e oposições”, apresentando a “Guerra de Canudos”, “Contestado” e a “Revolta da Vacina”. Quando os autores tratam da instabilidade política procuram apresentar a participação das camadas populares:

Os clubes jacobinos e os batalhões patrióticos eram os

principais responsáveis pelo clima de tensão política. Eles pressionavam o governo a adotar reformas que beneficiassem os setores populares da cidade do Rio de Janeiro. O governo respondia com a repressão:

- *Os capoeiras, marginais que formavam bandos organizados a mando de políticos, foram deportados para Fernando de Noronha.*

- *Os anarquistas estrangeiros, responsáveis pelas greves, foram perseguidos e deportados.* [10]

No trecho transcrito acima, os autores dão por encerrado a compreensão sobre os capoeiras como sendo “marginais” “deportados para Fernando de Noronha”. Há, neste caso, um problema de narrativa histórica, pois esta está para além de todos os documentos e “não mostra o passado ao vivo”, na feliz expressão de Paul Veyne. [11]

Nenhum acontecimento é apreendido de maneira direta e completa, mas incompleta e literal, a partir de documentos e testemunhos, os indícios. Portanto, as interpretações que se deve ter sobre determinado fato devem ser consideradas como parciais e inconclusivas. Paul Veyne é enfático quando insinua que não podemos compreender o acontecimento ocorrido em um passado “como se estivesse lá”. [12]

Ao traçarmos os termos da frase encontraremos o seguinte: “Os capoeiras foram deportados para Fernando de Noronha”. A construção da frase tem caráter determinante sobre o fato: “todos os capoeiras foram deportados”. No entanto, os autores não estavam lá para verificar, como ressalta Paul Veyne. E se estivessem, ainda assim, não deveríamos tomar seus testemunhos como o fato propriamente dito, e sim, indícios para uma das várias interpretações que se poderia ter sobre o fato.

Assim, a forma que foi construída a frase sobre os capoeiras apresenta algumas complicações do ponto de vista histórico e também do processo de aprendizagem. Por não conhecerem melhor a história dos capoeiras, tanto os alunos quanto os professores, correm o risco de concluir que os capoeiras foram marginais deportados para Fernando de Noronha. Mas, teriam sido os capoeiras apenas isto? Ou foram também marginalizados no livro didático. Cabe refletir qual o lugar reservado para esses indivíduos e qual o lugar que deveriam ocupar no livro didático de história. Sobre essa questão, Ana Célia da Silva afirma:

Torna-se necessário refletir até que ponto as culturas oriundas dos grupos subordinados na sociedade, cujas contribuições não são consideradas como tradição e passado significativo e, por isso, são invisibilizadas e minimizadas nos currículos, poderão vir a ser objeto de investigação e constituir-se na prática educativa dos professores.

Por outro lado, os autores dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação

e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuído de humanidade e cidadania. [13]

Corroborando com Ana Célia da Silva, evidenciamos que os capoeiras não são apresentados, no livro didático em questão, como agentes de uma prática cultural de “tradição e passado significativo” podendo “vir a ser objeto de investigação”, como já o é, “e constituir-se na prática educativa dos professores”. [14] Não queremos com este argumento descartar outras experiências sociais vivenciadas pelos capoeiras na complexidade do processo social, a exemplo do universo da criminalidade, entretanto, não podemos concordar com a perpetuação do estigma de marginais, sem compreendê-los como agentes do processo histórico.

Trabalhos historiográficos recentes relatam a experiência da “Flor da Gente”, ou “Flor da minha Gente”, como também era conhecida a famosa malta de *capoeiras* que se situava no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. Esse grupo formado por temidos *capoeiras* “teve papel decisivo na vida política durante os anos de 1870, a serviço do Partido Conservador”. [15]

Um outro momento foi narrado por Dunshee de Abranches sendo retratado por diversos estudiosos. Trata-se do problema causado pela prisão de um capoeira levando o governo provisório do Marechal Deodoro da Fonseca a uma crise ministerial. O caso é que o capoeira Juca Reis (José Elysio do Reis), filho do Conde de Matosinhos, que era amigo de Quintino Bocaiúva, Ministro das Relações Exteriores do governo provisório, foi preso pelo chefe de polícia Sampaio Ferraz. Este teve “carta branca” do governo para agir na repressão aos capoeiras, independente de grupo étnico e/ou social.

A polêmica girou em torno da solicitação de Quintino Bocaiúva para a soltura do preso Juca Reis, chegando à altura de dispensa-se do seu cargo político, caso não resolvesse o problema do notório capoeira. Vale ressaltar que o ministro das relações exteriores era um político bem conceituado entre os membros do Ministério. Tal esforço foi em vão e Juca Reis foi deportado para o conjunto penal de Fernando de Noronha. [16]

A deportação dos capoeiras, tal como aparece no referido livro, polemiza reflexões em torno do ensino de história, como bem constata Selva Guimarães Fonseca. Segundo essa autora, durante sua investigação encontrou uma

situação caracterizada de um lado pela existência de uma História única e já pronta para ser transmitida , e de outro um grupo cuja noção de História introjetada favorecia a legitimação da memória dos dominantes e dificultava a efetivação de experiências que rompiam com o modo tradicional de ensino de História. [17]

Antes dessa história, que surgiu a partir da década de 1970, as camadas populares e suas práticas culturais não tinham expressão na história escrita e ensinada. Com a pesquisa desses historiadores, autores de livros didáticos, os “novos” agentes recuperados, mas, em muitos casos, de forma estereotipada. Assim, esta situação compromete a aprendizagem da história dos grupos

sociais marginalizados, enquanto disciplina que interage no processo de formação da opinião crítica do cidadão e cidadã brasileiros.

Há que se considerar, que o livro didático produzido a partir da década de 1990, passou por modificações que ocorreram de forma qualitativa relacionadas, principalmente, com a mudança na perspectiva historiográfica brasileira. Essa historiografia que valoriza a experiência das “minorias sociais” foi influenciada por uma “revolução da historiografia” na Europa, iniciada pela *Escola dos Annales*, fundada na França em 1929.^[18]

Ainda na década de 1980, Carlos Guilherme Mota foi apresentado como um dos responsáveis “por raras e excepcionais” tentativas de mudança no ensino de história de 1º e 2º graus (os atuais fundamental e médio). No entanto, é esse mesmo autor que provoca a polêmica por nós levantada, quando apresenta no conteúdo de seu livro os capoeiras, isentos de informações que permita ao leitor compreender esses sujeitos históricos em sua real importância para o conhecimento da história do Brasil.

Ao tratar de uma mudança no livro didático pelas questões já evidenciadas, deve-se considerar a contribuição de Guilherme Mota. Foi este autor um dos pioneiros na investida do processo de reelaboração do conteúdo do livro didático e do ensino de história no Brasil.

A questão que pode ser apontada para a forma de abordagem dos *capoeiras* no conteúdo do livro, é a presença de um continuísmo da história tradicional que ainda permeia os espaços de aprendizagem. O fato da deportação é simplesmente apresentado de forma descritiva e sem nenhuma reflexão ou questionamentos.

Assim, tal situação leva-nos a considerar que a bibliografia especializada sobre a história da capoeira é pouco ou nunca consultada pelos professores e alunos o que compromete o conhecimento sobre essa prática cultural no processo de aprendizagem na escola formal. Esta situação não é diferente com outros valores das “africanidades brasileiras”, a exemplo da manifestação religiosa do candomblé.^[19]

Nesse sentido, duas questões cruciais aparecem no problema de “transmissão” desse conteúdo: 1) o livro didático é um instrumento difusor de preconceitos sobre os quais os professores, na maioria das vezes, não estão preparados para trabalhar; 2) por outro lado existe a dificuldade do educador construir conhecimentos a partir do enunciado, ou seja, o professor teria que está instrumentalizado para o aprofundamento do conteúdo apontado no livro didático. Essas duas questões levam a uma outra, que as contemplam: a concepção do ensino de história.

Mediante as questões apresentadas, devemos pensar um ensino que efetive a reflexão histórica. O registro do fato não é o bastante e sim a reflexão que busque compreender esses fatos enquanto construídos “como expressão das lutas e da consciência histórica dos homens [e mulheres] que vivem a partir de relações conflituosas em função das necessidades que constroem”.^[20] É nesse sentido que se deve buscar no livro didático *História e Civilização: o Brasil imperial e republicano*, a compreensão dos *capoeiras* enquanto sujeitos do processo histórico e não o marginalizando com a reserva de lugares ínfimos no espaço do livro.

Assim, ao refletirmos sobre o passado, devemos considerar os seus significados para o tempo presente. E. P. Thompson, afirma que “esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores”.^[21] É justamente sobre esses valores que se assenta a questão dos *capoeiras* no livro didático, os quais consideramos vítimas de estereótipos e

preconceitos reproduzidos no conteúdo analisado.

Os estudos históricos da capoeiragem leva-nos a refletir que os capoeiras não eram simplesmente “marginais”, massa de manobras dos interesses da elite política brasileira. A presença de capoeiras em momentos significativos de nossa história, seu envolvimento em motins, revoltas, instituições políticas e militares deve ser ressaltada, assim como, sua participação na guerra contra o Paraguai, maior conflito armado que o Brasil já se envolveu. A leitura que se deve ter sobre esses indivíduos não pode ser simplesmente a de “marginais que formavam bandos a mando de políticos, [que] foram deportados para Fernando de Noronha”, e sim a de sujeitos que a partir de suas práticas culturais e cotidianas, interagiram com o processo histórico da sociedade brasileira.

Ao nos deparar com o conteúdo do livro analisado, especificamente com a problemática levantada, registramos o quanto é importante o uso do livro didático no processo educativo, enquanto espaço de diálogo entre autor, professor e aluno, atores no processo de transformação social. É importante como ponto de partida para a reflexão sobre as diversas problemáticas do ensino de História, e este trabalho se insere como provocação para muitos outros com maior fôlego no trato desta questão.

Assim, mesmo reproduzindo estereótipos e preconceitos, o livro didático de História é necessário, ainda que possa, por vezes, representar um espaço limitado no modo de apreender/construir o conhecimento e as possibilidades de “verdade” acerca do mundo, portanto, da própria História.

[1] Por “capoeiras” entende-se os agentes de uma prática cultural oriunda dos africanos no Brasil denominada Capoeira ou Capoeiragem, que passou por um processo de criminalização entre finais do século XIX e início do XX chegando aos dias atuais a ser considerada uma das principais manifestações da cultura afro-brasileira e esporte de caráter nacional, compondo a grade curricular obrigatória dos cursos de Educação Física em algumas universidades brasileiras, como por exemplo as universidades baianas UEFS, UFBA e UCSAL.

[2] Por História Tradicional nos referimos à historiografia que prima pelo discurso unanimista dos grupos dominantes, construindo uma história dos “grandes homens” e “heróis”, descartando as “minorias sociais” como agentes do processo histórico.

[3] FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e História social: historiografia e pesquisa. *Projeto História*. São Paulo: PUC, V. 10, dez., p. 68, 1993.

[4] SHIMITH, Jean-Claude. A História dos marginais. In LE GOF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes. 1990, p. 284.

[5] MOTA, Carlos Guilherme e LOPEZ, Adriana. Op. cit.; VICENTINO, Cláudio. *História: memória viva*. São Paulo: Scipione, 1998, (4 volumes); SCHIMÍDT, Mário. *Nova História Crítica*. São Paulo: Nova Geração, 1999, (4 volumes).

[6] Mesmo com o caráter de maior criticidade sobre os conteúdos, os paradidáticos apresentam muitos problemas. Ernesta Zamboni, consegue mostrar a “mensagem conservadora transmitida nessas obras, na veiculação das idéias e imagens relativas ao poder”. O conservadorismo e os paradidáticos de história. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, V.13, set. 1992/agost. 1993, pp. 175-192.

[7] Assim como o termo “capoeiras”, “capoeiragem” merece um esclarecimento. Além de seus outros significados, a exemplo de prática de arruaceiros, esse termo representa o ato do capoeira, o jogo, etc. Por ter sido, no período da criminalização dessa prática cultural, associado diretamente ao delito penal previsto no artigo 402 do Código Penal de 1890, entrou em desuso principalmente a partir de meados do século XX, quando a capoeira ganhou *status* de esporte. Aqui é entendido como a prática cultural experimentada cotidianamente pelos atores e atrizes da capoeira.

[8] Ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. Especialmente o capítulo V intitulado: “Da flor da gente à guarda negra: os capoeiras na política imperial”. No capítulo I intitulado: “De malungos e n’golos: origens”, o autor faz uma revisão bibliográfica sobre os estudos do tema produzidos até a década de 1990.

[9] Sob a epígrafe “Dos vadios e capoeiras” encontramos o seguinte artigo: “Art. 402. Fazer nas ruas e praça públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto ou desordens ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena de prisão celular de dois a seis meses. Parágrafo único. É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes ou cabeças, se imporá a pena em dôbro.” *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil de 1890*.

[10] MOTA, Carlos Guilherme e LOPEZ, Adriana. Op. cit., p. 100. Os autores não deixam claro se os capoeiras participavam dos *clubes jacobinos* ou dos *batalhões patrióticos*.

[11] VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1982, p. 12.

[12] Idem.

[13] SILVA, Ana Célia da. “A desconstrução da discriminação no livro didático”. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 3ª edição. Brasília/DF: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 2001, p. 13,14.

[14] Data-se de finais da década de 1980 os primeiros trabalhos acadêmicos sobre a História da Capoeira, portanto, anterior a primeira edição do livro didático analisado. Ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição*. Op. cit.

[15] Idem, p. 77.

[16] “Quintino Bocayuva e a deportação dos capoeiras”. In: ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do governo provisório*. Edição fac-simile. Brasília: Senado Federal, 1998.

[17] FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da história ensinada*. 5ª edição. São Paulo: Papirus, 2001, p. 11.

[18] Vale aqui os comentários de Jacques Le Goff e Pierre Nora sobre essa nova proposta historiográfica: “a novidade parece-nos estar ligada a três processos: *novos problemas* colocam em causa a própria história; *novas abordagens* modificam, enriquecem, subvertem os setores tradicionais da história; *novos objetos*, enfim, aparecem no campo epistemológico da história”. In apresentação da coleção *História: novos problemas, novas abordagens, novos objetos*. 2ª edição. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988. Sobre a Escola dos Annales ver Burke, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

[19] A lei federal de nº 10. 639 de 9 de janeiro de 2003, trata da obrigatoriedade da inclusão de temas da cultura afro-brasileira nos currículos de ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas de educação no Brasil. Entretanto, os debates sobre essa questão já vinham sendo desenvolvidos há algum tempo em encontros entre intelectuais e agentes culturais. A abordagem sobre algumas dessas questões pode ser encontrada em SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. “Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras”. In: MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Op. cit.

[20] TOLEDO, Maria Ap. Leopoldino Tursi. Ensino de história que se ensina: tautologia ou um debate essencial na construção da crítica à história ensinada no ensino fundamental? *Agora*. Santa Cruz do Sul, v. 5, nº 2, jul/dez., p. 56,1999.

[21] THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica a Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 52.

